

VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS

# DIREITO AO RECURSO NO PROCESSO PENAL

Conteúdo e dinâmica procedimental para um  
controle efetivo da sentença condenatória

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Estagiárias:* Camilla Sampaio Silva e Camilla Dantara Ventura

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Leonardo Rocha e Rafael Ribeiro

*Estagiárias:* Beatriz Fialho e Diene Ellen

*Capa:* Linotec

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Vasconcellos, Vinicius Gomes de

Direito ao recurso no processo penal : conteúdo e dinâmica procedimental para um controle efetivo da sentença condenatória / Vinicius Gomes de Vasconcellos. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-405-1

1. Processo penal 2. Recursos (Direito) 3. Sentenças (Direito processual) - Brasil I. Título.

19-25102

CDU-347.955:343.1(81)

---

**Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Recursos : Direito processual penal**  
347.955:343.1(81)

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>NOTA DO AUTOR</b> .....	13
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
a) Objetivos, limitações e problemas .....	20
b) Justificativa e ineditismo .....	22
c) Estrutura da tese e de seus capítulos .....	28
<b>PARTE 1 – A REVISÃO AMPLA DA CONDENAÇÃO E O DUPLO GRAU DE JURIS- DIÇÃO: SOBRE A PERSPECTIVA ESTÁTICA DO DIREITO AO RECURSO NO PRO- CESSO PENAL</b> .....	31
1. Fundamentação do direito ao recurso: premissas dogmáticas e legislativas da impug- nação sobre a decisão condenatória .....	37
1.1. A insuficiência da visão clássica acerca dos fundamentos do recurso sobre a condenação no processo penal .....	37
1.2. O recurso como garantia do acusado de controle sobre a decisão judicial .....	41
1.2.1. A origem burocrática da ideia de controle como concentração de poder e a imprecisão do desfoque à proteção do acusado .....	42
1.2.2. O direito ao recurso como limite de poder por meio do controle da atuação jurisdicional .....	44
1.3. Fundamento legislativo do direito ao recurso no processo penal brasileiro .....	49
1.3.1. O direito ao recurso na Constituição brasileira: divergências sobre a sua previsão constitucional .....	49

1.3.2.	Tratados internacionais de Direitos Humanos e a consagração do direito ao recurso no processo penal: breve análise acerca do seu status normativo no ordenamento brasileiro.....	53
1.3.3.	Conclusão parcial do tópico: recurso sobre a condenação como direito fundamental integrante do bloco de constitucionalidade .....	58
2.	Elementos essenciais e conteúdo do direito ao recurso sobre a condenação no processo penal.....	63
2.1.	Titularidade do direito ao recurso no processo penal: a consagração ao imputado e o consequente regime jurídico diverso ao acusador.....	72
2.1.1.	Direito ao recurso do acusador? Apontamentos introdutórios para o desvelamento da distinção de premissas .....	75
2.1.1.1.	Sobre as premissas diversas do recurso da acusação e a consequente configuração de um regime impugnativo distinto.....	76
2.1.1.2.	As aporias do sistema recursal penal diante da possibilidade de reforma de uma absolvição: breve introdução à proposta de limitação ao recurso da acusação.....	80
2.1.2.	Voluntariedade no sistema impugnativo e a problemática do recurso de ofício.....	95
2.2.	Extensão do direito ao recurso no processo penal: as decisões passíveis de reexame .....	97
2.2.1.	O direito ao recurso e as suas exceções: crítica ao esvaziamento de conteúdo e potencial efetividade.....	104
2.2.1.1.	Hipóteses de julgamento por tribunal superior em competência originária: o foro por prerrogativa de função em tensão com o direito ao recurso do acusado .....	107
2.2.1.2.	Condenação em recurso sobre a sentença absolutória: o necessário reforço da lógica de proteção ao imputado .....	115
2.2.1.3.	Ofensas de menor gravidade: sobre a revisão sem exceções da incidência do poder punitivo estatal .....	118
2.2.1.4.	Procedimento do Júri e apelação limitada: a tensão entre a soberania dos veredictos, sua ausência de motivação e o direito ao recurso sobre a condenação .....	121
2.3.	Amplitude da impugnação e a efetividade da revisão realizada sobre a decisão condenatória.....	124
2.3.1.	Ampla revisão da condenação: a concretização de sua essência na proteção da presunção de inocência no processo penal .....	133
2.4.	Autoridade competente para o julgamento do recurso: o conceito de Tribunal Superior.....	137
2.5.	Momento de realização da revisão no juízo recursal: a necessidade da impugnação antes do início da execução da condenação.....	142
2.6.	Conclusão parcial do capítulo: proposta de delimitação do direito ao recurso no processo penal.....	144
3.	O controle da sentença e sua indispensável amplitude: relações necessárias com a função da prova e com o dever de motivação no processo penal .....	147

3.1. A prova no processo penal: a importância da valoração do lastro probatório e de seu controle por meio recursal .....	148
3.1.1. A função da prova no processo penal: entre a racionalidade da cognição e a facticidade da persuasão do julgador .....	149
3.1.2. Modelos de valoração probatória e seu controle por meio de recursos ..	157
3.1.3. A importância do controle sobre o juízo de fatos para a decisão em âmbito criminal .....	163
3.2. Motivação da decisão e limites à atividade jurisdicional: sobre a simbiose entre a fundamentação da condenação e seu controle em âmbito recursal.....	167
3.2.1. Aspectos preliminares do dever de motivação das decisões jurisdicionais no processo penal .....	168
3.2.2. A relação de dependência recíproca entre a motivação e o recurso da decisão: sobre a instrumentalidade para proteção dos demais direitos e garantias fundamentais .....	174
4. Recursos e modelos de Justiça Criminal: a relação entre o meio de impugnação da sentença e o desenho amplo do Processo Penal.....	179
4.1. Juízos criminais de instância única e de graus recursais: sobre a compatibilização da justiça criminal com o direito ao recurso do imputado .....	180
4.1.1. O debate acerca da espécie de impugnação compatível com o direito ao recurso no processo penal.....	183
4.1.1.1. O exemplo espanhol e sua tensão com o posicionamento do Comitê de Direitos Humanos da ONU .....	189
4.1.2. A desvirtuação do recurso de cassação em um ordenamento de instância fática única.....	192
4.1.3. A necessária generalização do duplo grau de jurisdição e sua instrumentalização por meio da apelação.....	195
4.2. Sistemas processuais e recursos na justiça criminal: desvelando relações não necessárias.....	200
4.2.1. Considerações preliminares sobre os sistemas processuais penais: a necessidade de limitação de significado diante das imprecisões na discussão atual .....	201
4.2.2. O controle da decisão penal por meio do juízo recursal e sua não relação com a dicotomia acusatório e inquisitivo .....	205
<i>Conclusões parciais: o direito ao recurso da condenação como elemento da concepção do processo penal como instrumento de limitação do poder punitivo estatal.....</i>	209
 <b>PARTE 2 – O DIREITO AO RECURSO SOBRE A CONDENAÇÃO EM SUA PERSPECTIVA DINÂMICA: CONCRETIZAÇÃO PROCEDIMENTAL DO EFETIVO CONTROLE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA CRIMINAL .....</b>	223
5. O mito do duplo grau de jurisdição no Processo Penal brasileiro e a necessária reforma procedimental do Juízo Recursal.....	227
5.1. Julgamento em juízo recursal com todas as garantias.....	234
5.1.1. As etapas da persecução penal e suas funções cognitivas: sobre a centralidade do juízo oral e a delimitação do âmbito recursal como controle e limitação do poder punitivo .....	238

5.2. Direito ao recurso e julgamento em prazo razoável: sobre a necessidade da gestão racional da organização judiciária .....	250
6. A amplitude da apelação e seus conflitos com a oralidade e a imediação: crítica e proposta de leitura atual.....	255
6.1. Delimitações introdutórias sobre a oralidade e a imediação no processo penal..	256
6.1.1. A imediação no processo penal: delineamentos e críticas às leituras radicais para sua inversão de sentido .....	263
6.1.2. Imediação como método de produção e não de valoração da prova? .....	268
6.1.3. Proposta de leitura da imediação no processo penal.....	270
6.2. A tensão entre duplo grau de jurisdição e respeito à oralidade e à imediação ....	273
6.2.1. O problema do controle recursal sobre a prova praticada em primeiro grau: as limitações ao reexame impugnativo em razão da imediação .....	274
6.2.2. Propostas de enfrentamento do problema: repetição integral do juízo em segundo grau, apelação somente com efeito rescisório ou proibição de reavaliação probatória? .....	278
6.3. O conteúdo da imediação e a compatibilização com a revisão ampla da condenação: possibilidade de contribuição de meios tecnológicos .....	286
7. A concretização dinâmica do Juízo Recursal Oral e as características básicas do procedimento da apelação sobre a condenação .....	295
7.1. A função do juízo recursal sobre a condenação e a sua estruturação básica como mecanismo de controle: críticas às confusas classificações doutrinárias...	299
7.2. A audiência oral pública em segundo grau: os direitos de presença e de auto-defesa como elementos do procedimento recursal.....	304
7.3. A limitação dinâmica da amplitude do recurso: dever de impugnação específica e fortalecimento da motivação da decisão no juízo recursal.....	311
<b>CONCLUSÃO</b> .....	315
a) Consequências paralelas da tese à teoria e à prática da justiça criminal .....	326
b) Limitações desta tese e pautas para investigações futuras.....	329
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	333
<b>APÊNDICE 1 – PROPOSTA LEGISLATIVA (GENERALIZAÇÃO DIREITO AO RECURSO NO PL 8.045/10)</b> .....	357
<b>APÊNDICE 2 – PROPOSTA LEGISLATIVA (REFORMA PROCEDIMENTAL)</b> .....	361